

RECURSO ESPECIAL Nº 1.865.012 - PR (2020/0052190-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : LISSIO LESSA EBERTZ
ADVOGADO : JOSÉ TADEU SILVA - PR016343
RECORRIDO : COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A
ADVOGADO : HELIO EDUARDO RICHTER - PR023960

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por **LISSIO LESSA EBERTZ**, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, objetivando reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (fls. 563-573, e-STJ).

Da análise dos autos, depreende-se que, na origem, cuida-se de ação anulatória movida em desfavor de empresa pública concessionária de energia elétrica, na qual a parte autora questiona a existência de fraude no medidor de energia.

É o relatório.

Decido.

O feito deve ser redistribuído a uma das turmas que compõem a Primeira Seção.

1. Consoante dispõe o Regimento Interno desta Corte Superior, a competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa (artigo 9º, caput, do RISTJ).

De acordo com a orientação assentada pela Corte Especial, é de Direito Público a relação jurídica litigiosa (art. 9º do RISTJ) entre usuário de serviço público e pessoa jurídica concessionária (CC 122.559/DF, Rel. Ministro Gilson Dipp, Corte Especial, DJe 25/9/2013; CC 108.085/DF, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Corte Especial, DJe 17/12/2010; CC 104.374/RS, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Corte Especial, DJe 1º/6/2009; CC 102.589/RS, Rel. Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe 18/5/2009; CC 102.588/RJ, Rel. Ministro Felix Fischer, Corte Especial, DJe 20/4/2009; REsp 1.396.925/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, DJe 26/2/2015).

Em todos os casos acima referidos, ficou definido que tais conflitos são regidos predominantemente por normas publicistas sediadas na Constituição Federal, na Lei de Concessões e no Código de Defesa do Consumidor.

A questão envolvendo a apuração de apontada fraude no medidor de consumo de energia elétrica fora apreciada pelas Turmas que integram a Primeira Seção. Confira-se: REsp 1.412.433/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 28.09.2018; AREsp 1.477.427/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, SEGUNDA TURMA, DJe 11.10.2019; AgRg no AREsp 659.717/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, PRIMEIRA TURMA, DJe 23.04.2015; e AgRg no AREsp 370.548/PE, Rel. Min. Humberto Martins, SEGUNDA TURMA, DJe 04.10.2013.

Com efeito, nos termos do artigo 9º, *caput*, do RISTJ, a competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa.

Desse modo, tratando-se de matéria alusiva a direito público em geral, denota-se a competência de uma das Turmas que compõem a Primeira Seção (art. 9º, § 1º, XIV, do RISTJ), sendo recomendada a redistribuição do presente feito a um dos seus eminentes Ministros.

Superior Tribunal de Justiça

2. Do exposto, determino a redistribuição do feito a uma das Turmas que compõem a Primeira Seção.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator